

BAHEMA S/A

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015



BAHEMA S/A

São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores Expressos em R\$ Mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia é uma holding, de capital aberto e controle privado nacional, com sede em São Paulo, SP. Seu objetivo básico é o de participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 17 de fevereiro de 2.016

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis da Companhia estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:



a) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os demonstrativos foram elaborados de acordo com as normas da legislação societária e consoante aos procedimentos determinados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. No escopo dos trabalhos foram realizados ajustes de avaliação patrimonial ao seu valor justo, e levando em consideração o seu valor líquido de impostos a base de 34%. Foram realizados ainda ajustes a valor presente de investimentos e provisões para perdas por desvalorização.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de vendas dos ativos são reconhecidas quando a Companhia não detém mais controle sobre os ativos vendidos ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; e é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia.

b) ATIVO CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

As aplicações financeiras constituem-se principalmente de fundos de investimentos em ações, em moeda brasileira, com mercado de liquidez imediata, os quais incluem os rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A provisão para perdas, quando aplicável, é constituída com base em análise individual dos títulos em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização destes créditos.

- Os imobilizados são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, registrados por um valor inferior àquele passível de recuperação por uso nas operações da Companhia, conforme Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007.
- A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme nota explicativa nº 7.

c) AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE



São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

e) TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

f) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São registrados com base no lucro tributável às alíquotas vigentes, sendo para o imposto de renda 15%, mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação e para a contribuição social 9%.

g) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

Foi constituída para cobertura de obrigações relativas à férias vencidas e proporcionais, com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.

h) OUTRAS PROVISÕES

Foram constituídas provisões para contingências e perdas de investimentos. A provisão para perdas nos investimentos foi constituída com base em análise individual dos títulos em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização destes investimentos.

i) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No exercício 2014, em decorrência da incorporação da Bahema Participações S.A., a Companhia passou a ter possibilidade de compensar os Prejuízos Fiscais e Base Negativa da CSLL, consequentemente foi adotada a contabilização do IR e CSLL Diferidos.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, moedas estrangeiras, depósitos bancários à vista e ativos financeiros disponíveis para venda. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, cujo cálculo é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo até as datas de encerramento do exercício de 2015, cuja contra partida é conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (nota



13). Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

(R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/14
Caixa	1	1
Depósitos Bancários à vista	4	4
Aplicações Financeiras	31.852	29.976
Moeda estrangeira	-	3
Fundo Investimentos em Trânsito	700	2.500
Caixa e equivalentes de caixa	32.557	32.484

NOTA 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras constituem-se principalmente de fundos de investimentos em ações, em moeda brasileira, com mercado de liquidez imediata, os quais incluem os rendimentos auferidos e ajustes de avaliações patrimoniais até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. No quadro abaixo, apresentamos as aplicações da Companhia.

(R\$ MIL)

Bahema S/A - Fundos de Investimentos Rendas Variáveis	Quantidade s Cotas	Valores de Mercado	Valores de Custo	Ajustes Avaliações Patrimoniai s	Rendimento s Auferidos
Teorema FIA	18.887.843	12.399	19.868	-7.469	0
Teorema Inv. Exterior FIA	5.456.243	17.268	8.739	8.529	2.282
Terra Boa FIM CP	930.653	2.134	1.913	221	28
Fundo Itaú Empr. DI VIP	23	51	51	0	72
	SALDOS	31.852	30.571	1.281	2.382

NOTA 6. OUTROS INVESTIMENTOS EM AÇÕES OU QUOTAS DE CAPITAL

Demonstramos a seguir os investimentos avaliados ao custo de aquisição e provisão para perdas de investimentos por desvalorização.

BAHEMA S.A	31/12/15		31/12/14	
Investimentos	Quantidades	Valor Total	Quantidades	Valor Total
Itauunibanco Holding S/A	200	5	200	5
Tavex Algodonera S/A	-	1	5.372.042	6.226
Ajuste Valor Recuperável Tavex	-	-	-	-2.058
Outros Investimentos	-	62	-	60



Total dos Investimentos	200	-02	5.372.242	4.171
Prov. Perda Investimento		-62		-62

Em 04/11/2014, a Companhia, em Assembleia Geral de Acionistas, aderiu à oferta pública de aquisições de ações do Grupo Tavex, ao preço de 0,24 euros por ação. As ações da Tavex de propriedade da Companhia, ao preço da oferta pública e convertidas pela cotação do Euro em 31/12/2014, são equivalentes a R\$ 4.168 mil. A liquidação financeira da operação ocorreu em 22/01/2015 no valor de R\$ 3.868 mil.

NOTA 7. IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

(R\$ MIL)

					(IXW IVIIL)
IMOBILIZADO					
Rubrica	2014	Adições	Baixas	Dezembro/15	Taxas
Custo Corrigido					
Móveis e Utensílios	322	-	-	322	
Máquinas e Equipamentos	334	-	-	334	
Instalações	4	-	-	4	
Computadores e Periféricos	235	-	-	235	
Soma	895	-	-	895	
Depreciação					
Móveis e Utensílios	299	6	-	304	10%
Máquinas e Equipamentos	328	2	-	330	10%
Instalações	4	-	-	4	10%
Computadores e Periféricos	233	0	-	233	20%
Soma	864	8	-	871	
Líquido	31	-8	-	24	

NOTA 8. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Este grupo está composto das seguintes contas:

		, , ,
CONTROLADORA	31/12/15	31/12/14
PIS a recolher	3	-
COFINS a recolher	17	-
IRRF a recolher	22	23
IRPJ a recolher	-	105
CSLL a recolher	-	46



INSS a recolher	25	29
FGTS a recolher	7	6
Tributos na fonte a recolher	1	-
Parcelamento REFIS – Lei nº 12.996/14 (nota 9)	1.383	1.202
Subtotal	1.458	1.411
Passivo Não Circulante	1.395	3.147
CSLL a recolher	608	608
Parcelamento REFIS – Lei nº 12.996/14 (nota 9)	554	1.781
Demais Impostos e Contribuições	233	758
TOTAL	2.853	4.558

NOTA 9. REFIS

A Companhia com base na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 efetuou o parcelamento de seus débitos tributários em 29/06/2011, para pagamento em 180 meses, o que o fez regularmente até 60ª parcela ocorrida em 31/10/2014. Em 19/11/2014, em conformidade com a Lei nº 13.043 de 13/11/2014, requereu e efetuou a quitação antecipada do parcelamento com o recolhimento de 30% do saldo do parcelamento e com a utilização dos créditos fiscais decorrentes do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL acumulados até 31/12/2013.

Em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, a Companhia, efetuou o parcelamento dos demais débitos tributários para pagamento em 30 meses. O saldo atualizado em 31/12/2015 é de **R\$ 1.937 mil**. A consolidação dos débitos ocorreu em 11/09/2015.

A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor

Entretanto, a Companhia recebeu em 19/01/2015, por meio de sua Caixa Postal do portal e- CAC da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aviso de exclusão do parcelamento instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e com prazo reaberto pela Lei n.º 12.865/2013, sob a justificativa de que constavam no sistema, em nome da empresa Bahema Participações S.A. (empresa incorporada pela Companhia), 3 (três) parcelas em aberto referentes ao mencionado parcelamento.

Contra referido aviso de exclusão, a Companhia apresentou Recurso Administrativo em 29/01/2015, nos termos do artigo 16 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2014, em que se demonstrou a quitação do parcelamento e, portanto, a inexistência de quaisquer parcelas pendentes de pagamento, pugnando pela manutenção da Companhia



no parcelamento. Esclareceu-se que a quitação do parcelamento ocorreu mediante o pagamento das parcelas e apresentação de Requerimento de Quitação Antecipação em nome da empresa Bahema S/A, sucessora por incorporação da empresa Bahema Participações S.A.

Contudo, em 11/06/2015, a Receita Federal do Brasil proferiu despacho pela manutenção da exclusão da empresa Bahema Participações S.A. do parcelamento da Lei n.º 11.941/2009, sob o fundamento precípuo de que não seria possível a quitação de parcelamento de uma pessoa jurídica por outra embora tenha expressamente reconhecida a sucessão em direitos e obrigações por incorporação.

Diante da decisão proferida pela Receita Federal do Brasil e da manutenção indevida da pendência fiscal quanto ao parcelamento da Lei n.º 11.941/2009, a Companhia entendeu por bem ingressar com medida judicial que ocorreu em 02 de outubro de 2015, ação anulatória e declaratória com pedido de tutela antecipada, o que foi concedida em 06/11/2015, revogando a decisão administrativa da Receita Federal do Brasil e resguardando o seu direito de quitar o parcelamento em conformidade com a Lei nº 13.043 de 13/11/2014. A Companhia aguarda decisão final.

Caso a Companhia não tenha sucesso em seu pleito, o valor da dívida tributária a ser quitada será de R\$ 5.077 mil acrescidos de multa e juros. Dado que os advogados julgam não ser provável a chance de perda, a Companhia não provisionou o valor em suas Demonstrações Financeiras.

A movimentação do REFIS no exercício foi a seguinte:

REFIS LEI 11.941/2009

(R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Saldo Inicial	-	5.941
Atualização no exercício	-	736
Amortização no exercício – recolhimentos	-	-6.677
Saldo Final	-	0

REFIS LEI 12.996/2014

DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Saldo Inicial	2.983	-
Valor Parcelado	-	3.196
Atualização no exercício	274	112
Amortização no exercício	-1.320	-325
Saldo Final	1.937	2.983



NOTA 10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Conforme informações dos assessores jurídicos da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, perfazem o total R\$ 614 mil em 31/12/2015.

A ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., no valor original de R\$ 8.581 mil , anteriormente na condição de perda possível, passou para a condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30/10/2014. Caso o processo fosse julgado procedente, o valor atualizado em 31/12/2015 seria de R\$ 26.415 mil, além de verba honorária a ser fixada entre 10% a 20%. Esta ação foi originalmente movida contra a Bahema Participações S.A.

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a flutuação cambial, à variação da cotação de ações e da taxa de juros. A Companhia utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em uma política de gerenciamento de riscos que define as estratégias a serem adotadas, estabelece sistemas de controle e determina limites de exposição. Essa política veda a utilização de instrumentos financeiros derivativos para outras finalidades que não sejam a de redução de riscos e proteção patrimonial (hedge).

Atualmente a Bahema não possui contratos a termo de dólar ou juros, futuros, opções, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A esse respeito, a Companhia reafirma seu compromisso com a política conservadora de gestão do caixa e do passivo financeiro.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social é representado por <u>6.038.183 ações ordinárias</u>, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e formas previstas em lei. As ações preferenciais, quando emitidas, não conferem direito a voto, salvo nas condições e hipóteses que a lei determine em contrário, entretanto, terão as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso, sem prêmio; e (b) distribuição de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias.



As ações preferenciais nominativas não têm direito a voto e gozam de prioridades sobre as ações ordinárias na distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a AGO/E de 30/04/2015, os acionistas deliberaram:

Para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.574.046,52, a seguinte destinação:

- a) Constituição de reserva legal no valor de R\$ 228 mil;
- b) A distribuição de dividendos no valor total de R\$ 3.019 mil equivalentes a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação de emissão da Companhia, já computado o dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos foram calculados com base na posição acionária de 23 de abril de 2015, as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos a partir de 24 de abril de 2015, com pagamento no valor R\$ 2.997 mil em 30 de abril de 2015 e no valor de R\$ 11 mil em 30 de julho de 2015.
- c) Constituição de reserva estatutária de investimentos no valor de R\$ 1.326 mil.

O patrimônio líquido é composto conforme demonstrado no quadro abaixo:

(R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	SALDO
Capital Social	26.395
Reserva de Capital	33
Reserva Legal	3.314
Reserva Estatutárias p/ Investimentos	1.447
Ajustes de Avaliações Patrimoniais	844
Resultado do período de 01 a 12/2015	-675
Total do Patrimônio Líquido	31.358

NOTA 13. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Na Companhia tem a ajuste ao valor de mercado das aplicações financeiras destinadas a venda líquida dos efeitos tributários, e está assim composta:

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/14
Ajuste de Avaliação patrimonial	1.280	595
Imposto de Renda (25%)	-320	-149
Contribuição Social (9%)	-115	-53
TOTAIS	845	393



NOTA 14. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Bahema S/A é patrocinadora do HSBC Fundo de Pensão (atual denominação do CCF Fundo de Pensão), plano de previdência complementar misto, regido pelos Regulamentos Complementares A e B, respectivamente nas modalidades de "benefício definido" e "contribuição definida". Desde 1997 não são aceitos novos participantes para o Plano A. Em fins de 2004 foi concluída a migração dos participantes ativos daquele plano para o Plano B

A contribuição da patrocinadora para o custeio do Plano B equivale a 2 vezes a contribuição ordinária do participante, esta última limitada a 0,6839% do seu saláriobase.

A Bahema S/A segue a Deliberação CVM n° 695/12 no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Dentro do que determina esta instrução, apresentamos a seguir a conciliação dos ativos e passivos atuariais, o demonstrativo da movimentação do (passivo) ativo atuarial líquido e o total da despesa reconhecida na demonstração de resultado do exercício de 2015.

BAHEMA S/A		(R\$ MIL)
	2015	2014
ATIVO (PASSIVO)		
ATUARIAL LÍQUIDO		
O valor presente, na data do balanço, das obrigações atuariais	-5.899	-7.261
O valor justo dos ativos do plano na data do balanço	4.994	4.753
O valor líquido de (ganhos) ou perdas atuariais não-reconhecido no balanço	905	2.508
ATIVO / (PASSIVO) ATUARIAL LÍQUIDO	0	0
MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO (PASSIVO) ATUARIAL		
(Passivo) / ativo atuarial líquido no início do ano	-2.508	-1.095
(Despesas) / receitas reconhecidas no resultado do ano anterior	-243	-208
Reconhecimento de (ganhos) / Perdas atuariais	1.846	-1.205
(PASSIVO) / ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO	-905	-2.508
RESULTADO		
O custo do serviço corrente reconhecido no resultado	0	99
O custo dos juros	676	632
O rendimento efetivo e o esperado sobre ativo	-432	-523
RESULTADO LÍQUIDO	244	208



Em 01 de junho de 2015 foi efetuada a reversão da provisão do déficit atuarial no valor de R\$ 2.508 mil e constituída nova provisão no valor de R\$ 2.232 mil correspondente ao déficit técnico acumulado conforme apurado no parecer atuarial de 12/02/2015. De acordo com Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida de 29 de maio de 2015 o valor do déficit será pago em 100 parcelas no valor de R\$ 28 mil, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 31/12/2014 e a do efetivo recolhimento ao plano. De acordo com a legislação em vigor, o Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida será revisto durante o exercício fiscal de 2016.

NOTA 15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 foi adotado pela Bahema a partir de 01/01/2014. Dentre os dispositivos da Lei 12.973, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre capital próprio e critério de cálculos da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em função das atuais atividades operacionais da Bahema S/A e com base na nossa melhor interpretação do texto corrente da referida Lei, concluímos que não há efeitos relevantes em suas operações e demonstrações financeiras do exercício corrente e do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro e sobre as eventuais diferenças temporárias antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2015:

A) Demonstrativo do cálculo do IRPJ acumulados em 31/12/2015:

IMPOSTO DE RENDA	BAHEMA S/A		
	31/12/15	31/12/14	
Lucro Líquido Antes do IRPJ	-229	1.529	
ADIÇÕES			
Provisões não dedutíveis	-	1.412	
Despesas não dedutíveis	16	3.196	
CSLL Diferida	162	-	
Equivalência Patrimonial – Negativa	-	480	
Outras Adições	2.555	1.201	



Contribuição Social Sobre Lucro do Ano	-	46
SOMA DAS ADIÇÕES	2.733	6.335
EXCLUSÕES		
Reversões de provisões não dedutíveis	4.698	5.478
Reversão CSLL Diferida	-	1.558
Reversão Realização Ágio Investimento Controlada	-	92
Outras Exclusões	221	
SOMA DAS EXCLUSÕES	4.919	7.128
Lucro Tributável Antes das Compensações	-2.415	736
(-) Compensação Prejuízo Fiscal Anos Anteriores	-	221
Lucro Tributável	-2.415	515
IRPJ 15%	-	77
IRPJ adicional 10%	-	27
Total do IRPJ devido	-	104
Total do IRPJ a Pagar	-	104
(-) IRPJ Estimativa mensal paga até o mês	-	-
(=) IRPJ a Recolher (Recuperar)	-	104

B) Demonstrativo do cálculo da CSLL acumulados em 31/12/2015:

(R\$ MIL)

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	BAHEMA S/A		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/15	31/12/14	
Lucro Líquido Antes do CSLL	-67	17	
ADIÇÕES			
Provisões não dedutíveis	-	1.412	
Despesas não dedutíveis	16	3.196	
Equivalência Patrimonial – Negativa	-	480	
Outras Adições	2.555	1.201	
SOMA DAS ADIÇÕES	2.571	6.289	
EXCLUSÕES			
Reversão Prov. Tributadas (Contingências)	4.698	5.478	
Reversão Realização Ágio Investimento Controlada		92	
Outras Exclusões	221		
SOMA DAS EXCLUSÕES	4.919	5.570	
Lucro Tributável Antes das Compensações	-2.415	736	
(-) Compensação Prejuízo Fiscal Anos Anteriores		221	
Lucro Tributável	-2.415	515	
CSLL 9%	-	46	
Total da CSLL devida	-	46	
(-) CSLL Estimativa mensal pago até o mês	-	-	
(=) CSLL a Pagar (Recuperar)		46	

NOTA 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No exercício de 2015 a Companhia, conforme descrito na Nota 03, descontinuou a contabilização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.



(R\$ MIL)

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	IRPJ Diferido	CSLL diferida	Total
Saldo em 31/12/2014	370	391	446	162	608
Constituição/Reversão do exercício	2.416	2.416	-446	-162	-608
Saldo em 31/12/2015	2.786	2.807	0	0	0

NOTA 17. OUTRAS DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Estes grupos são compostos das seguintes contas:

a) Outras Receitas

(R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Reversão da provisão para contingências	250	52
TOTAL	250	52

b) Outras Despesas

		(114 11112)
DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Outras Despesas	74	71
TOTAL	74	71